

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Presidente do Instituto Internacional de Direito.

COMPÊNDIO DE
INTRODUÇÃO À
CIÊNCIA DO
DIREITO

Introdução à Teoria Geral do Direito,
à Filosofia do Direito, à Sociologia
Jurídica, à Lógica Jurídica, à Norma
Jurídica e Aplicação do Direito

27ª edição
2019

saraiva  *jur*

Índice

<i>Prefácio</i>	15
-----------------------	----

Capítulo I Natureza Epistemológica da Introdução à Ciência do Direito

1. <i>Introdução à ciência do direito e seu caráter propedêutico ou enciclopédico</i>	19
2. <i>Introdução à ciência do direito e epistemologia jurídica</i>	21

Capítulo II Ciência Jurídica

1. <i>Noção preliminar de conhecimento e correlação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível</i>	29
2. <i>Conhecimento científico</i>	33
A. Caracteres e conceito	33
B. Fundamentação filosófica	38
C. Classificação das ciências	38
3. <i>Caráter problemático do tema “ciência jurídica”</i>	43
4. <i>Concepções epistemológico-jurídicas relativas à cientificidade do conhecimento jurídico</i>	51
A. Problema da cientificidade do saber jurídico como questão epistemológico-jurídica	51
B. Jusnaturalismo	52
C. Empirismo exegético	66
c.1. Concepções legalistas ou mecânicas da interpretação e da aplicação do direito	66
c.2. Críticas contra o exegetismo	73
c.2.1. Considerações preliminares	73
c.2.2. Utilitarismo de Jeremy Bentham	74
c.2.3. Teleologismo de Rudolf von Ihering	75

c.2.4. Experiência prática de Oliver Wendell Holmes	77
c.2.5. Livre investigação científica de François Geny	78
c.2.6. Ofensiva sociologista de Eugen Ehrlich	82
c.2.7. Escola do direito livre	83
c.2.8. Jurisprudência de interesses	84
c.2.9. Jurisprudência sociológica norte-americana.....	85
c.2.10. Lógica experimental de John Dewey	89
c.2.11. Teoria interpretativa de Joaquín Dualde.....	90
c.2.12. Realismo jurídico norte-americano e escandinavo .	91
c.2.13. Teoria de Herbert L. A. Hart.....	104
c.2.14. Teoria geral da interpretação de Emilio Betti.....	107
c.2.15. Concepção raciovitalista do direito.....	108
D. Historicismo casuístico	113
E. Positivismo sociológico e positivismo jurídico	118
F. Racionalismo dogmático ou normativismo jurídico de Hans Kelsen.....	132
G. Culturalismo jurídico	147
g.1. Concepção culturalista do direito	147
g.2. Teoria de Emil Lask	149
g.3. Egologismo existencial de Carlos Cossio.....	150
g.4. Tridimensionalismo jurídico de Miguel Reale	157
5. Ciência do direito e linguagem	181
A. Moderna teoria da linguagem	181
B. Semiótica e ciência do direito	185
b.1. Relações entre ciência jurídica e linguagem	185
b.2. Direito, ciência do direito e linguagem.....	186
b.2.1. Linguagem legal.....	186
b.2.2. Dimensão pragmática da norma jurídica	188
b.2.3. Linguagem do jurista.....	198
b.2.4. Discurso da ciência jurídica sob o ângulo pragmático	199
b.2.5. Metalinguagem e os textos da ciência do direito	203
6. Funções da ciência jurídica	212
A. Ciência do direito e decidibilidade	212
B. Função sistemática da ciência jurídica	216
C. Função hermenêutica da ciência do direito	221
D. Função decisória da ciência jurídica.....	222
7. Ciência do direito e ideologia.....	229
8. Ciência jurídica e ciências afins.....	234
A. Ciência jurídica como ciência social	234
B. Ciência do direito	235

C. Teoria geral do direito.....	237
D. Lógica jurídica e juscibernética.....	237
E. Ciência comparada do direito	242
F. Psicologia forense	243
G. Sociologia jurídica.....	244
H. História do direito.....	247
I. Política jurídica	248
9. <i>Concepção ontológica da ciência do direito</i>	251

Capítulo III

Conceitos Jurídicos Fundamentais

1. <i>Direito positivo</i>	257
A. Noção de direito.....	257
B. Direito objetivo e direito subjetivo	262
C. Direito público e direito privado.....	267
c.1. Fundamentos dessa divisão	267
c.2. Divisão geral do direito positivo	272
c.3. Ramos do direito público	274
c.3.1. Direito público interno	274
c.3.1.1. Direito constitucional.....	274
c.3.1.2. Direito administrativo.....	277
c.3.1.3. Direito tributário e financeiro	277
c.3.1.4. Direito processual	278
c.3.1.5. Direito penal.....	279
c.3.1.6. Direito previdenciário	280
c.3.2. Direito público externo.....	280
c.3.2.1. Direito internacional público.....	280
c.3.2.2. Direito internacional privado	282
c.4. Ramos do direito privado.....	283
c.4.1. Direito civil.....	283
c.4.2. Direito comercial ou empresarial.....	289
c.4.3. Direito do trabalho.....	291
c.4.4. Direito do consumidor	292
2. <i>Fontes jurídicas</i>	299
A. Noção e classificação das fontes do direito	299
B. Fontes materiais	302
C. Fontes formais estatais.....	304
c.1. Legislação como fonte do direito.....	304
c.1.1. Importância da legislação como fonte jurídica formal.....	304

c.1.2. Lei como resultado da atividade legislativa.....	305
c.1.3. Processo legislativo como fonte legal	310
c.2. Produção jurisprudencial	312
c.2.1. Conceito de jurisprudência.....	312
c.2.2. Influência da jurisprudência como fonte do direito..	316
c.2.3. Poder normativo do juiz.....	327
D. Fontes formais não estatais	330
d.1. Prática consuetudinária	330
d.1.1. Costume como fonte jurídica subsidiária	330
d.1.2. Natureza jurídica do costume	331
d.1.3. Conceito e elementos do costume.....	334
d.1.4. Espécies de costume	337
d.2. Atividade científico-jurídica.....	341
d.2.1. Origem da doutrina	341
d.2.2. Conceito de doutrina jurídica	342
d.2.3. Doutrina como fonte de direito.....	343
d.2.4. Influência da doutrina na legislação e na decisão judicial	346
d.3. Poder negocial.....	352
d.4. Poder normativo dos grupos sociais	355
3. Norma jurídica	360
A. Gênese da norma jurídica	360
B. Realidade ôntica da norma jurídica	370
C. Conceito essencial da norma de direito.....	374
c.1. Problema da determinação do conceito da norma jurídica	374
c.2. Conceito como objeto ideal	379
c.3. Elementos essenciais da norma jurídica	381
c.3.1. Imperatividade como essência genérica da norma de direito	381
c.3.2. Autorização como essência específica da norma jurídica	397
c.4. Conceito de norma jurídica.....	405
D. Distinção entre norma moral e jurídica	406
E. Classificação das normas jurídicas.....	409
F. Validade da norma jurídica.....	417
f.1. Aspectos essenciais da validade.....	417
f.2. Validade formal ou vigência.....	417
f.2.1. Conceito e requisitos da vigência da norma.....	417
f.2.2. Âmbito temporal, espacial, material e pessoal de validade.....	419

f.3. Validade fática ou eficácia	426
f.4. Validade ética ou fundamento axiológico	427
f.4.1. Justiça como fundamento da norma jurídica	427
f.4.2. Conceito e modalidades de justiça	430
4. Aplicação do direito	441
A. Problemática da aplicação jurídica	441
B. Interpretação das normas e subsunção	449
b.1. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação .	449
b.2. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério	
hermenêutico	453
b.3. Técnicas interpretativas	457
b.4. Efeitos do ato interpretativo	462
C. Integração e o problema das lacunas no direito	464
c.1. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas	464
c.2. Questão da existência das lacunas	465
c.2.1. Considerações gerais.....	465
c.2.2. Lacuna como problema inerente ao sistema jurídico .	466
c.2.3. Lacuna como problema de jurisdição	471
c.2.4. Aporia das lacunas.....	476
c.3. Constatação e preenchimento das lacunas	479
c.3.1. Identificação da lacuna	479
c.3.2. Meios supletivos das lacunas.....	480
c.3.2.1. Analogia	480
c.3.2.2. Costume.....	489
c.3.2.3. Princípios gerais de direito.....	490
c.3.2.4. Equidade.....	497
D. Correção do direito e antinomia jurídica	503
d.1. Noção de antinomia jurídica	503
d.2. Classificação das antinomias	504
d.3. Critérios para solução das antinomias	506
d.4. Antinomias de segundo grau e os metacritérios para sua	
resolução.....	509
d.5. Incompletude dos meios de solução das antinomias jurídicas	510
E. Tópica como forma de argumentação do aplicador do direito	512
F. Papel da ideologia na aplicação jurídica	517
G. Limites do ato de decisão judicial	520
5. Relação jurídica	534
A. Conceito e elementos	534
B. Sujeito de direito	536
b.1. Personalidade.....	536

b.2. Pessoa natural.....	539
b.3. Pessoa jurídica.....	544
C. Objeto imediato e mediato.....	552
D. Fato jurídico	557
E. Proteção jurídica	560
<i>Bibliografia</i>	571